



Presidência da República
Controladoria-Geral da União

TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010

PESSOA JURÍDICA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA:	
TELEFONE(S):	
FAX:	E-MAIL:
PESSOA DE CONTATO:	CELULAR:
CONTATO EM BRASÍLIA (caso haja) NOME:	
TELEFONE/FAX:	

Obs.: Preenchimento com “letra de forma”.

Recebi da Controladoria-Geral da União – CGU-PR cópia do Edital do **Pregão Eletrônico nº 25/2010**.

Brasília - DF, ____ de _____ de 2010.

Ass.: _____

ATENÇÃO!

OS INTERESSADOS QUE RETIRAREM O EDITAL PELA INTERNET DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE COMPROVANTE, DEVIDAMENTE PREENCHIDO, À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, POR MEIO DO **FAX Nº (61) 2020-6910**.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010
PROCESSO Nº 00190. 016743/2010-91

A Diretoria de Gestão Interna da Controladoria-Geral da União da Presidência da República, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 2.517, de 1º de dezembro de 2009, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 2 de dezembro de 2009, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pelo Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010; pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e pelas demais exigências deste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de **cartuchos para aparelho de fac-símile, marca Olivetti, modelo Jet-Lab (Termo de Referência I); suprimentos para impressora HP 5550 (Termo de Referência II); e suprimentos para impressora Design Jet 800 - Plotter (Termo de Referência III)**, para atender às demandas da Controladoria-Geral da União – CGU, em Brasília, nos termos e condições constantes no presente Edital e em seus anexos.

1.2. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa aquisição está enquadrado no inciso I, do art. 2º, do Dec. 3.931/2001, já que, pelas características do objeto a ser adquirido, **há necessidades de aquisições frequentes pela Administração.**

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA: 13/08/2010

HORÁRIO: 10:00 h (dez horas)

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A presente licitação destina-se **EXCLUSIVAMENTE** à participação de **MICROEMPRESA - ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, e em observância ao disposto no art. 6º, do Decreto nº 6.204/2007, desde que atendidas as seguintes exigências:

a) estarem devidamente **CADASTRADAS e HABILITADAS PARCIALMENTE** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**;

b) demais exigências deste Edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

a) consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

b) empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

c) empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para tal;

d) empresas inadimplentes em obrigações assumidas com a Presidência da República ou a Controladoria-Geral da União;

e) empresas estrangeiras que não funcionem no País;

f) empresas alcançadas por quaisquer das hipóteses elencadas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Controladoria-Geral da União qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, o que ocorrerá **a partir da divulgação da licitação até a abertura da sessão do Pregão, no dia 13/08/2010, às 10:00 h (dez horas), horário de Brasília-DF, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

5.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos.

5.4.1. As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.

5.4.2. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta ou a sua qualificação como ME ou EPP, sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005 e nas demais normas afetas à matéria.

5.5. A Proposta de Preços da **licitante vencedora**, contendo as especificações detalhadas dos materiais, deverá ser formulada e enviada, **atualizada em conformidade com o último lance ofertado**, num prazo **máximo de 2 (duas) horas** após o encerramento da etapa de lances, por meio de mensagem para o e-mail colic@cgu.gov.br, ou por meio do **fac-símile (61) 3226-8889** ou por **convocação do Pregoeiro pelo Sistema Eletrônico**, com a posterior **apresentação dos originais**, no prazo **máximo de 48 (quarenta e oito horas)**, contadas a partir do encerramento da sessão pública.

5.5.1. A Proposta Comercial será preenchida em conformidade com **o Modelo de Proposta de Preços** constante do **Anexo V deste Edital**, e deverá, ainda, conter:

- a) preços unitário e total dos materiais, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias). Entretanto, para fins de apresentação das **propostas e lances** no Sistema Eletrônico será considerado o **Preço Unitário do Item**;
- b) prazo de validade, **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;
- c) declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.5.2. Para os itens de 02 a 07 (Termo de Referência II) e de 08 a 15 (Termo de Referência III), deverá ser enviada, juntamente com a Proposta de Preços, **se for o caso**, a **declaração**, sob as penas da lei, de que atende às condições legais para a **comprovação** de qualquer um **dos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do subitem 7.11 deste Edital (regras de preferência)**.

5.5.3. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, as licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de incluir **o detalhamento do objeto** ofertado no campo **“Descrição Detalhada do Objeto”**.

5.5.3.1. A ausência do detalhamento do objeto no citado campo não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

- 5.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 5.7. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai fornecer os materiais objeto da presente licitação.
- 5.8. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

6. DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A partir das **10:00 h (dez horas) do dia 13/08/2010**, data e horário **previstos no subitem 2.1 deste Edital**, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 25/2010**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.2.1. **Não será admitida** a desistência da proposta/lance, **após o INÍCIO ou o ENCERRAMENTO da fase de lances.**

6.2.2. **EXCEPCIONALMENTE**, após o **ENCERRAMENTO da fase de lances**, poderá ser **acatado** o pedido de desistência da proposta, **em razão de motivo justo devidamente comprovado** pela LICITANTE, decorrente de **fato superveniente**, e **aceito pelo Pregoeiro**.

6.2.3. **Não restando comprovado** o atendimento aos **requisitos fixados** no subitem 6.2.2 acima, a LICITANTE DESISTENTE ficará sujeita a **aplicação das sanções** previstas no subitem 20.1 deste Edital.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informadas do recebimento dos mesmos e de seus respectivos valores e horários de registro.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, contendo cada lance **no máximo 02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos.

7.3. Cada licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. O sistema permitirá a formulação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo para fins de classificação aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, ressalvadas, para os itens de 02 a 15, as hipóteses de aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.12 deste Edital.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante detentora do lance.

7.6. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.6.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.2. Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro às participantes.

7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, ficando a cargo do sistema eletrônico encaminhar aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

7.10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.11. Para os itens de 02 a 07 (Termo de Referência II) e de 08 a 15 (Termo de Referência III), será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.12. O exercício do direito de preferência disposto no subitem 7.11, será concedido, observando-se os seguintes procedimentos, **sucessivamente**:

a) aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.11, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas **até dez por cento acima da melhor proposta válida**, conforme o critério de julgamento, **para a comprovação e o exercício do direito de preferência**;

b) convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I subitem 7.11, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

d) caso a preferência não seja exercida na forma da alínea “c”, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do subitem 7.11, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 7.11, caso esse direito não seja exercido.

7.12.1. Após o término da sessão pública, as empresas **licitantes deverão permanecer logadas** no Sistema Eletrônico para que o Pregoeiro possa convocar, na ordem de classificação e por meio do Chat, as empresas cujo valor da proposta para o item esteja situado no intervalo percentual previsto na alínea “b” do subitem 7.12, ou seja, até dez por cento da melhor proposta válida.

7.12.2. Será encaminhado às licitantes, via Chat do Sistema Eletrônico, questionamento visando identificar aquelas que porventura preenchem as condições listadas no subitem 7.11.

7.12.3. Após convocada pelo Chat para informar qual das condições listadas no subitem 7.11 sua proposta atende, a empresa licitante terá o **prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.**

7.12.4. Na hipótese de mudança da licitante classificada em 1º lugar, em razão de manifestação de atendimento a alguma das condições listadas no subitem 7.11, a mesma será convocada, pelo Chat, e terá o **prazo de 5 (cinco) minutos para apresentar proposta igual ou inferior à da licitante que apresentou originalmente o melhor lance, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.**

7.13. A comprovação do atendimento ao PPB ou aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

7.13.1. A comprovação será feita:

I - **eletronicamente**, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

II - **por documento expedido** para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, **mediante solicitação da licitante.**

7.13.2. Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidos pela própria licitante ou pelo fabricante.

7.14. Na hipótese em que **nenhuma das licitantes** preencha os **requisitos elencados no subitem 7.11**, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a aquisição, obtido por meio de pesquisa de mercado.

8.1.1. As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as exigências contidas nos Termos de Referência (**Anexos I, II e III deste Edital**):

8.1.1.1. Para o item 01, os cartuchos constantes da proposta deverão ser **NOVOS, NÃO SE ADMINTINDO** materiais, **recondicionados** e/ou **remanufaturados** e/ou **reprocessados** e/ou **recarregados**.

8.1.1.2. Para os itens de 02 a 07 (Termo de Referência II) e de 08 a 15 (Termo de Referência III), os produtos constantes da proposta deverão ser **NOVOS, ORIGINAIS** compatíveis com os modelos HP 5550 (itens 02 a 07) e Plotter HP Design Jet 800 (itens 08 a 15), **NÃO SE ADMINTINDO** materiais **recondicionados** e/ou **remanufaturados** e/ou **reprocessados** e/ou **recarregados**.

8.2. Confirmada a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento do preço, procedendo à verificação da habilitação da licitante, conforme as disposições deste Edital e seus anexos.

8.3. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os preços de referência, constantes dos itens 12 do **Termo de Referência I**, 10 do **Termo de Referência II** e 10 do **Termo de Referência III** (respectivamente **ANEXO I, II e III deste Edital.**)

8.4. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes no Edital e seus anexos.

8.4.1. Ocorrendo a situação referida neste subitem, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtida melhor proposta.

8.4.2. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, a licitante detentora da melhor proposta ou lance encaminhará à Controladoria-Geral da União a documentação referente à habilitação, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, por meio de mensagem para o e-mail colic@cgu.gov.br, ou por meio do **fac-símile (61) 3226-8889** ou por **convocação do Pregoeiro pelo Sistema Eletrônico**, e, num **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas**, apresentará os **documentos originais**, juntamente com a Proposta de Preço atualizada, à Controladoria-Geral da União, SAS, Quadra 1, Bloco "A", Sala 1032, CEP: 70.070-905 – Brasília/DF, em **envelope fechado e rubricado** no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO / DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2010
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ

9.1.1. As licitantes **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

9.2. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

a) em original;

b) por qualquer processo de cópia, **autenticada** por **servidor** da Administração, devidamente qualificado, ou por **Cartório** competente;

c) publicação em órgão da Imprensa Oficial.

9.3. A comprovação das habilitações previstas nos **subitens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3** deste Edital poderá ser realizada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF**.

9.4. Deverá constar do envelope a seguinte documentação complementar ao **SICAF**:

a) declaração da LICITANTE de que o material ofertado atende integralmente a todos os requisitos especificados neste Edital e seus anexos;

b) demonstraco de Patrimnio Líquido mínimo, para efeito de comprovao da boa situao financeira, quando a licitante apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices abaixo explicitados:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1) A licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices acima fica obrigada a comprovar, na data de apresentao da documentao, Patrimnio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a aquisio.

9.4.1. A Declarao de Inexistência de Fatos Impeditivos, a Declarao de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade e a Declarao de Elaboraco Independente de Proposta serão disponibilizadas mediante preenchimento de campo específico do sistema eletrônico.

9.4.2. Não será exigido atestado de capacidade técnico-operacional para o objeto desta licitao, face ao fato de se tratar de **fornecimento de bem para pronta entrega**, hipótese na qual a Lei n 8.666/93, em seu art. 32, § 1, faculta à Administrao a dispensa da apresentao de tal documentao.

9.5. As licitantes que não se encontrem com o cadastramento atualizado no SICAF deverão encaminhar, além da documentao prevista no **subitem 9.4** acima, o seguinte:

9.5.1. Relativamente à **HABILITAO JURÍDICA** da licitante:

a) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por aoes, acompanhado de documentos de eleio de seus administradores;

b) Inscrio do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

9.5.2. Relativamente à **REGULARIDADE FISCAL** da licitante:

a) Prova de inscrio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dvida com a União e Receita Federal) e Estadual ou Municipal, conforme o caso, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei n 8.666/93, dentro do prazo de validade;

c) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econmica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei n 8.036/1990, devidamente atualizado;

d) Certidão Negativa de Débito – CND ou Positiva com Efeito de Negativa relativa às contribuoes sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Lei n 8.212/1991), devidamente atualizada.

9.5.3. Relativamente à **QUALIFICAO ECONMICO-FINANCEIRA** da licitante:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.5.3.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

- por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4) sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será declarada vencedora do certame no sistema eletrônico, nos termos do §1º, do art. 43, da lei Complementar nº 123/2006.

9.6.1. Nessa hipótese, o Pregoeiro dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante declarada vencedora para, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, e no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.7. As licitantes que, embora cadastradas no SICAF, estejam com situação irregular neste Sistema, poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados.

9.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 11/08/2010, 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**.

10.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 10/08/2010, 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, **preferencialmente por meio eletrônico**, via internet, no seguinte endereço: **colic@cgu.gov.br**.

10.3. As impugnações deverão ser manifestadas **por escrito**, dirigidas ao Pregoeiro, protocolizando o original, no horário de **09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 18:00 horas**, em dias úteis, no 10º andar, Sala 1032, do Edifício Darcy Ribeiro, sito ao SAS, Quadra 1, Bloco "A", nesta Capital.

10.3.1. As impugnações, além de manifestadas **por escrito**, também deverão ser disponibilizadas em meio magnético (**disquete/CD**) **ou** através do endereço eletrônico **colic@cgu.gov.br**, face à obrigatoriedade da publicação, **no COMPRASNET**, do pedido de impugnação juntamente com a decisão emitida pelo Pregoeiro e/ou pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, **durante a sessão pública**, de **forma imediata e motivada**, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. À licitante que manifestar **motivadamente** a intenção de interpor recurso será concedido o **prazo de 3 (três) dias corridos** para apresentação das respectivas razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões no mesmo prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2.1. Sendo declarada vencedora do certame uma licitante que tenha apresentado restrições na comprovação da regularidade fiscal, o prazo previsto neste subitem será contado após decorrido o **prazo de 2 (dois) dias úteis** (prorrogável por igual período), concedido para a regularização da documentação, conforme prescrito no § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 6.204, de 5/9/2007.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

11.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, **inclusive no tocante ao prazo de validade da proposta, o qual somente começará a contar quando da decisão final da autoridade competente**.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, sito ao SAS, Quadra 1, Bloco "A", Sala 1032, em Brasília-DF, em dias úteis, no horário de **09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas**. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados por fac-símile ou com os respectivos prazos legais vencidos.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas com a aquisição objeto da presente licitação correrão por conta do **PTRES: 001076; Programa de Trabalho: 04122117322720001; Elemento de Despesa: 33.90.30.**

13. DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital, e daquelas constantes dos Termos de Referência (**Anexos I, II e III deste Edital**):

13.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto desta licitação;

13.1.2. Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.3. Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

13.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

13.1.5. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

13.1.6. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando do fornecimento dos materiais à CONTRATANTE;

13.1.7. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;

13.1.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

13.1.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

13.1.10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados ao fornecimento dos materiais, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

13.1.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

13.1.12. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho.

13.2. Caberá à Controladoria-Geral da União, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes dos Termos de Referência (**Anexos I, II e III deste Edital**):

13.2.1. Supervisionar o fornecimento objeto do Termo de Referência, exigindo prestação na entrega e correção das falhas eventualmente detectadas;

13.2.2. Permitir o acesso ao local do fornecimento dos materiais do pessoal da CONTRATADA, necessários à entrega do objeto **dos Termos de Referência (Anexos I, II e III deste Edital)**;

13.2.3. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento dos materiais.

14. DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços e, se for o caso, retirar a Nota de Empenho relativo ao objeto desta licitação.

14.2. O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou para a retirada a Nota de Empenho, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da respectiva contratação/Ata de Registro de Preços.

14.3. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/1993.

14.4. A não-regularização da documentação, no caso da licitante vencedora apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, no prazo previsto no subitem 9.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, e no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou a retirada da Nota de Empenho ou revogar a licitação.

14.5. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da ata de registro de preços .

14.6. Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação acima referida ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota e Empenho, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota e Empenho, sem prejuízo da multa prevista na letra "c", do subitem 20.1 deste Edital, e das demais cominações legais.

14.7. Até a efetiva assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou retirada da Nota e Empenho, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso a Controladoria-Geral da União venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

14.8. Ocorrendo eventual desclassificação da proposta da licitante vencedora, a Controladoria-Geral da União poderá convocar as licitantes remanescentes, observado o disposto neste Edital e a ordem final de classificação das propostas/lances.

14.9. A nota de empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/1993, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.

14.10. A contratação poderá ser alterada, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

14.11. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados de sua assinatura.

14.12. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer dessas ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito da Controladoria-Geral da União e, ainda, desde que não afetem a prestação do serviço objeto desta licitação.

14.12.1. Quando ocorrer o consentimento por parte da Controladoria-Geral da União, previsto neste subitem, deverá ser comprovado que as empresas resultantes dessas operações atendem a todas as exigências de habilitação requeridas à época da realização da licitação.

14.13. É expressamente **vedada a subcontratação total ou parcial** do objeto deste Edital, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista na alínea "d" do subitem 20.1.

15. DO FORNECIMENTO E DA ANÁLISE DA AMOSTRA (SOMENTE PARA O ITEM I)

15.1. Será exigido da licitante vencedora o envio de **2 (duas)** amostras do material à Sede da CGU-PR, em Brasília, no Almoxarifado da CGU, situado no SAS - Quadra 01 - Bloco A - Ed. Darcy Ribeiro, Brasília-DF.

15.2. As amostras serão submetidas a análises e testes, a serem realizados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/DGI), visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com os equipamentos;

15.2.1. Serão utilizadas 2 (dois) aparelhos de fac-símile, sendo tiradas 25 (vinte e cinco) fotocópias com cada cartucho em cada um deles, adotando-se o seguinte critério:

- a) do total de 100 (cem) páginas impressas, apenas 5 (cinco), ou seja, 5%, poderão apresentar desvios;
- b) serão considerados desvios: falhas de impressão, borrão, manchas, caracteres apagados, riscos de impressão e vazamento.

15.3. A análise e os testes necessários serão finalizados no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento das amostras;

15.4. As unidades de amostra serão deduzidas do montante total da aquisição, responsabilizando-se a empresa pelo envio da diferença;

15.5. Caso o montante de 100 (cem) unidades seja solicitado parceladamente, o presente processo de **análise de amostra será realizado apenas 1 (uma) vez**, quando da primeira requisição;

15.6. A aceitação da proposta comercial e a análise da condição habilitatória ficarão condicionadas à aprovação das características qualitativa e de compatibilidade da amostra fornecida;

15.7. Os testes de conformidade das amostras encaminhadas poderão ser acompanhados por representante da empresa. A data e o horário dos testes serão informados à empresa, pelo setor responsável (COASP/CGRL), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização;

15.8. Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolher os cartuchos enviados à Controladoria-Geral da União;

15.9. O ônus do envio das amostras e de sua retirada da Controladoria-Geral da União caso ocorra reprovação - ônus relativo aos custos dos cartuchos utilizados nos testes e aos custos do transporte, será de total responsabilidade da licitante;

16. DO PRAZO DE ENTREGA E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

16.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Controladoria-Geral da União/CGU, localizado no Setor de Autarquias Sul, Edifício Darcy Ribeiro, Quadra 1, Bloco A, Sala 002 – subsolo.

16.2. A CONTRATADA estará obrigada ao cumprimento do prazo de, **no mínimo, 12 (doze) meses de garantia** para os produtos fornecidos, contados **a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo** dos mesmos.

16.3. Para o Item 01, o material deverá ser fornecido e recebido da seguinte forma:

16.3.1. Os cartuchos constantes da proposta deverão ser **NOVOS, NÃO SE ADMITINDO** materiais, **recondicionados e/ou remanufaturados e/ou reprocessados e/ou recarregados**.

16.3.2. A licitante vencedora se responsabilizará pela entrega, incluindo o transporte do produto, a qual deverá ser efetivada em **até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

16.3.3. O recebimento dos equipamentos será **provisório**, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência I e da proposta comercial.

16.3.4. Os produtos serão recebidos **definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, dando-se o devido atesto na fatura.

16.3.5. Na entrega do material deverão ser observadas as especificações técnicas e demais orientações/obrigações descritas nos itens **6, 7 e 8 do Termo de Referência I (Anexo I deste Edital)**.

16.4. Para os itens 02 a 15, o material deverá ser fornecido e recebido da seguinte forma:

16.4.1. Os produtos constantes da proposta deverão ser **NOVOS, ORIGINAIS compatíveis com os modelos HP 5550 (itens 02 a 07) e Plotter HP Design Jet 800 (itens 08 a**

15), NÃO SE ADMITINDO recondicionados e/ou remanufaturados e/ou reprocessados e/ou recarregados.

16.4.2. Os produtos deverão ser entregues em **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da Nota de Empenho.

16.4.3. O recebimento dos equipamentos será **provisório**, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta comercial;

16.4.4. Os produtos serão recebidos **definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação.

16.4.5. Na entrega do material deverão ser observadas as especificações técnicas e demais orientações/obrigações descritas nos itens **5, 6 e 7 dos Termos de Referências II e III (Anexos II e III deste Edital)**.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os fornecimentos, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

17.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

17.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, **sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE**, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação aos materiais, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do fornecimento.

17.4. Os equipamentos, ferramentas e materiais utilizados, bem como o fornecimento do material, deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela Controladoria-Geral da União, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

17.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

18. DO PREÇO E DA REVISÃO

18.1. O objeto do presente Edital será fornecido pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável, podendo, contudo, ser revisto, observadas as prescrições contidas no art. 12, e seus parágrafos, do Decreto nº 3.931/2001.

18.2. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do material**, tais como serviços de frete e tributos.

18.3. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA, **até o 10º (décimo) dia útil**, contado do **recebimento definitivo** dos materiais, **compreendida nesse período a fase de ateste da Nota Fiscal/Fatura** - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CGU.

19.1.1. O pagamento deverá ser efetivado no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** após o **atesto** da Nota Fiscal/Fatura, em observância ao art. 28, da Instrução Normativa MARE nº 8, de 04/12/1998.

19.1.2. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a Controladoria-Geral da União, CNPJ nº **05.914.685/0001-03**.

19.1.3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – **SIMPLES**, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

19.1.4. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará o fornecimento dos materiais e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas relativas ao objeto do presente Edital.

19.1.5. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Controladoria-Geral da União.

19.2. No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

19.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a Controladoria-Geral da União por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Se no decorrer da **sessão pública da licitação** ou **na execução do objeto** do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE/CONTRATADA, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela LICITANTE DESISTENTE devidamente atualizado, na hipótese de **desistência injustificada** do lance, **após o ENCERRAMENTO da fase de lances**, conforme previsto nos subitens **6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3** deste Edital, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005, inclusive de **impedimento de licitar e contratar com a União**, previsto no subitem 20.5 deste Edital;
- c) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total Ata e/ou da Nota de Empenho devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota de Empenho, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- d) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Termo de Referência, **ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas**.
- e) pela inobservância dos prazos de fornecimento dos materiais, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, **até o limite do valor total da contratação**, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a anulação unilateral da contratação;
- f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos anulação da contratação por culpa da CONTRATADA.

20.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Controladoria-Geral da União.

20.3. A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Controladoria-Geral da União.

20.4. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na Controladoria-Geral da União, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

20.5. A licitante que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União,

além de ser descredenciada do SICAF, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20.6. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.7. Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na entrega do material advier de caso fortuito ou de força maior.

20.8. A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei nº 8.666/1993.

20.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

21. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1. Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.2. Fica assegurado à Controladoria-Geral da União o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

22.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Controladoria-Geral da União não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.5. **Após o início ou encerramento da fase de lances, não caberá desistência por parte das licitantes**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, conforme disposto no subitem 6.2.2 deste edital.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Controladoria-Geral da União.

22.7. Em caso de **divergência** entre as **especificações** dos materiais **insertas no Sistema SIASG** e as deste **Edital**, **prevalecerão** as constantes neste **último**.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

22.9. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, na Sede da Controladoria-Geral da União, sito ao SAS, Quadra 1, Bloco "A", Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília/DF, ou ainda nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.cgu.gov.br.

22.10. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 22.9, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os respectivos Termos de Referência (Anexos I, II e III), a Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e o Modelo de Proposta de Preços (Anexo V).

22.12. O registro do preço em Ata não obrigará a Administração a firmar a contratação que dele poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para o presente objeto, assegurada ao beneficiário do registro a preferência no fornecimento do material em igualdade de condições.

22.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993.

22.14. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília-DF, 02 de agosto de 2010

RENATO DUTRA COELHO
Pregoeiro



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

ANEXO I DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25 /2010

TERMO DE REFERÊNCIA I

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços de **cartuchos para aparelho de fac-símile**, para atender às demandas da Controladoria-Geral da União – CGU, em Brasília, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes da planilha descritiva abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	Qtd. Estimada
01	Cartucho de tinta preta FJ31-91031, para aparelho de fac-símile modelo Jet-Lab 490, marca Olivetti, código BO336, capacidade de impressão para 450 páginas, não remanufaturado nem recondicionado.	Cartucho	100

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – O produto de que trata este Termo de Referência destina-se a suprir os aparelhos de fac-símile adquiridos recentemente, modelo Jet-Lab 490, marca Olivetti, que recebem fax e fazem fotocópia em papel A4/Carta, diferentemente dos tradicionais, que utilizam bobina de papel térmico.

2.2 – Os referidos aparelhos de fac-símile somam um total de 10 (dez) unidades, instalados no Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva e outras áreas relevantes. Os 10 (dez) cartuchos que vieram junto com os aparelhos, quando da aquisição dos mesmos, duraram um período médio estimado de 40 (quarenta) dias. Assim, a quantidade anual de 100 unidades foi estimada conforme o cálculo abaixo:

Média Estimada de Consumo / Mês (A)	Aparelhos Fac-Símile (B)	Meses para abastecimento (C)	Margem de segurança (D)	TOTAL ((A*B*C)+D)
0,75	10	12	10	100

3 – DA PROPOSTA DE PREÇO

3.1 – Na proposta de preço deverá constar a descrição detalhada do produto cotado, valor unitário e total, validade da proposta não inferior a 60 (trinta) dias, número da conta corrente, agência e nome do Banco para pagamento.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na modalidade de bem comum.

5. DO FORNECIMENTO E DA ANÁLISE DA AMOSTRA

5.1 Será exigido da licitante vencedora o envio de **2 (duas)** amostras do material à Sede da CGU-PR, em Brasília, no Almojarifado da CGU, situado no SAS - Quadra 01 - Bloco A - Ed. Darcy Ribeiro, Brasília-DF;

5.2 As amostras serão submetidas a análises e testes, a serem realizados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/DGI), visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com os equipamentos;

5.2.1. Serão utilizadas 2 (dois) aparelhos de fac-símile , sendo tiradas 25 (vinte e cinco) fotocópias com cada cartucho em cada um deles, adotando-se o seguinte critério:

- a) do total de 100 (cem) páginas impressas, apenas 5 (cinco), ou seja, 5%, poderão apresentar desvios;
- b) serão considerados desvios: falhas de impressão, borrão, manchas, caracteres apagados, riscos de impressão e vazamento.

5.3 A análise e os testes necessários serão finalizados no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento das amostras;

5.4 As unidades de amostra serão deduzidas do montante total da aquisição, responsabilizando-se a empresa pelo envio da diferença;

5.5 Caso o montante de 100 (cem) unidades seja solicitado parceladamente, o presente processo de **análise de amostra será realizado apenas 1 (uma) vez**, quando da primeira requisição;

5.6 A aceitação da proposta comercial e a análise da condição habilitatória ficarão condicionadas à aprovação das características qualitativa e de compatibilidade da amostra fornecida;

5.7 Os testes de conformidade das amostras encaminhadas poderão ser acompanhados por representante da empresa. A data e o horário dos testes serão informados à empresa, pelo setor responsável (COASP/CGRL), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização;

5.8 Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolher os cartuchos enviados à Controladoria-Geral da União;

5.9 O ônus do envio das amostras e de sua retirada da Controladoria-Geral da União caso ocorra reprovação - ônus relativo aos custos dos cartuchos utilizados nos testes e aos custos do transporte, será de total responsabilidade da licitante;

6 – DA ENTREGA DO MATERIAL

6.1 – Os produtos deverão ser entregues no Almojarifado da Controladoria-Geral da União/CGU, localizado no Setor de Autarquias Sul, Edifício Darcy Ribeiro, Quadra 1, Bloco A, Sala 002 - subsolo;

6.2 - A licitante vencedora se responsabilizará pela entrega, incluindo o transporte do produto, a qual deverá ser efetivada em **até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho;

6.2.1 O recebimento dos equipamentos será provisório, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta comercial;

6.2.2 Os produtos serão recebidos definitivamente, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, dando-se o devido atesto na fatura.

6.3 - O produto será solicitado pela Controladoria-Geral da União, sempre que necessário, via fax ou e-mail;

6.4 – A CONTRATADA deverá executar fielmente as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização;

6.5 - Caso sejam identificados problemas e/ou discrepâncias em relação às especificações técnicas exigidas no Item 1, o fornecedor deverá substituir o(s) produto(s) em **até 3 (três) dias úteis**, contados da ciência da empresa.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Entregar o produto em embalagem original, devidamente lacrada, devendo promover a substituição, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contado a partir da notificação da Controladoria-Geral da União, em caso de entrega de produto deteriorado, incompatível com as especificações ou com problemas no período de garantia;

7.2 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos;

7.3 - Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.4 Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.5 - Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos ou a outros bens de propriedade da Controladoria-Geral da União em Brasília, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a entrega do produto ou decorrente do uso do mesmo;

7.6 - Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários nas dependências da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.7 - Executar o fornecimento dos produtos dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;

7.8 - Substituir, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pelo Almojarifado da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.9 - Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;

7.10 - Comunicar ao Almojarifado da Controladoria-Geral da União a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.11 - Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências da Controladoria-Geral da União para a entrega dos produtos;

8.2 - Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Termo;

8.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

8.4 - Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;

8.5 - Solicitar a substituição dos produtos que apresentarem defeito durante a utilização/garantia;

8.6 - Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;

8.7 - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

9 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 – O fornecimento do material será acompanhado e fiscalizado por servidor do Almoarifado da Controladoria-Geral da União, que anotarà em registro próprio as ocorrências relacionadas ao fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; e

9.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Controladoria-Geral da União deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

10. DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento definitivo e atesto da Nota Fiscal/Fatura por setor competente, comprovando o efetivo fornecimento dos produtos, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições acordadas;

10.2 - O pagamento será efetuado somente após ter sido verificada a regularidade da Contratada junto ao SICAF, para comprovação do recolhimento das contribuições sociais e demais tributos estaduais e federais.

11. DA GARANTIA

11.1 A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, **12 (doze) meses** de garantia para os produtos fornecidos, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo dos mesmos.

12 – DO VALOR ESTIMADO

12.1 O valor total estimado para a presente aquisição, conforme Consultas e Mapa Comparativo de Preços que seguem nos autos, é de **R\$ 11.306,66 (onze mil, trezentos e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

Atenciosamente,

Em de junho de 2010.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MOURA SILVA
Coordenador

Aprovo o Termo de Referência. Encaminhem-se os autos à CGRL/COLIC para as providências cabíveis.

Em de junho de 2010.

CARLA BAKSYS PINTO
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

TERMO DE REFERÊNCIA II

I. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para a impressora laser marca HP, modelo HP 5550.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição visa a atender a necessidade de suprimentos para o equipamento em epígrafe, o qual é utilizado nos trabalhos de áreas estratégicas do órgão.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD
02	Kit de transferência de imagem original HP, compatível com o modelo HP 5550 – C9734B - 120.000 pgs;	02
03	Kit fusor 110V original HP, compatível com o modelo HP 5550 – Q3984A – 150.000 pgs;	02
04	Toner Preto original HP, compatível com o modelo HP 5550 – Ref: C9730A – 13.000pgs;	06
05	Toner Ciano original HP, compatível com o modelo HP 5550 – Ref: C9731A – 12.000 pgs;	04
06	Toner Amarelo original HP, compatível com o modelo HP 5550 – Ref: C9732A – 12.000 pgs;	04
07	Toner Magenta original HP, compatível com o modelo HP 5550 – Ref: C9733A – 12.000 pgs.	04

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na modalidade de bem comum.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1 Os produtos deverão ser entregues na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da CGU, situada à SAS - Quadra 01 - Bloco A - Ed. Darcy Ribeiro, Brasília-DF, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da Nota de Empenho.

5.2 O recebimento dos equipamentos será provisório, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta comercial.

5.3 Os produtos serão recebidos definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação.

5.4 Caso sejam identificados problemas e/ou discrepâncias em relação às especificações técnicas exigidas, o fornecedor deverá substituir o(s) produto(s) em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação da CGU;

5.5 Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados da Nota Fiscal e o endereço de entrega;

5.6 Os produtos de que trata este Termo de Referência deverão ser novos, originais e compatíveis com o modelo HP 5550, não se admitindo materiais reconicionados e/ou remanufaturados e/ou reprocessados e/ou recarregados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências da Controladoria-Geral da União para a entrega dos produtos;

6.2 Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Termo;

6.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

6.4 Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;

6.5 Solicitar a substituição dos produtos que apresentarem defeito durante a utilização;

6.6 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;

6.7 Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos;

7.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.3 Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.4 Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos ou a outros bens de propriedade da Controladoria-Geral da União em Brasília, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a entrega do produto ou decorrente do uso do mesmo;

7.5 Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários nas dependências da Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.6 Executar o fornecimento dos produtos dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;

7.7 Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pela Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.8 Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;

7.9 Comunicar ao Fiscal do Contrato a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado após o respectivo ateste da Nota Fiscal/Fatura pela CGU/DSI.

9. DA GARANTIA

9.1 A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, 12 (doze) meses de garantia para os produtos fornecidos, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo dos mesmos.

10. DO VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

10.1 O valor estimado para a aquisição, conforme pesquisas de preço é de **R\$ 11.685,86 (onze mil, seiscientos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**.

Brasília/DF, 06 de Maio de 2010.

OSCAR HARUO MIYAKE
Analista de Finanças e Controle

De acordo.

TATIANA ZOLHOF PANISSET
Coordenadora-Geral de Infraestrutura Tecnológica



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

TERMO DE REFERÊNCIA III

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição conjuntos de suprimentos originais para impressora Design Jet 800 (Plotter) em utilização na Controladoria-Geral da União.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição tem por objetivo manter disponíveis suprimentos originais para a impressora em comento. Por se tratar de equipamento único na referida Unidade e, ainda, dada a reduzida quantidade de suprimentos envolvida, sugere-se a aquisição de toners originais, de modo a evitar descontinuidade no uso do equipamento em razão de problemas no uso de suprimentos não originais, situação freqüentemente observada para equipamentos similares, da HP, em uso neste Órgão.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
		Cartuchos Originais:
8	4	Hpc4844a – Preto
9	4	HPc4911a – Ciano
10	4	Hpc4912a – Magenta
11	4	HPc4913a – Amarela
		Cabeças de Impressão Originais
12	2	Hpc4810a – Preto
13	2	Hpc4811a – Ciano
14	2	Hpc4812a – Magenta
15	2	Hpc4813a – Amarela
		Suprimentos para Impressora Plotter HP Design Jet 800

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na modalidade de bem comum.

5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1 Os produtos deverão ser entregues na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da CGU, situada à SAS - Quadra 01 - Bloco A - Ed. Darcy Ribeiro, Brasília-DF, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da Nota de Empenho;

5.2 O recebimento dos suprimentos será provisório, para posterior teste de conformidade e verificação das especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta comercial;

5.3 Os produtos serão recebidos definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação;

5.4 Caso sejam identificados problemas e/ou discrepâncias em relação às especificações técnicas exigidas, o fornecedor deverá substituir o(s) produto(s) em até 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação da CGU;

5.5 Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados da Nota Fiscal e o endereço de entrega; e

5.6 Os produtos de que trata este Termo de Referência deverão ser novos, originais e compatíveis com o modelo Plotter HP Design Jet 800, não se admitindo materiais reconicionados e/ou remanufaturados e/ou reprocessados e/ou recarregados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências da Controladoria-Geral da União para a entrega dos produtos;

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

6.3 Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;

6.4 Solicitar a substituição dos produtos que apresentarem defeito durante a utilização;

6.5 Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Responder por quaisquer danos causados aos equipamentos quando esses tenham sido ocasionados pelo uso dos produtos;

7.2 Executar o fornecimento dos produtos dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;

7.3 Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pela Controladoria-Geral da União em Brasília;

7.4 Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado após o respectivo ateste da Nota Fiscal/Fatura pela CGU/DSI.

9. DA GARANTIA

9.1 A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, 12 (doze) meses de garantia para os produtos fornecidos, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo dos mesmos.

10. DO VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

10.1 O valor estimado para a aquisição, conforme pesquisas de preço é de **R\$ 2.286,95 (dois mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**.

Brasília/DF, 28 de Junho de 2010.

RODRIGO GIMENEZ RIBEIRO
Supervisor da SITEC/DSI

De acordo.

ANTONIO MAROYSIO DOS SANTOS CARNEIRO
Coordenador-Geral de Infraestrutura Tecnológica - Substituto



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

ANEXO IV DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25 /2010

No dia XX de XXXXX do ano de dois mil e dez, na Diretoria de Gestão Interna da Controladoria-Geral da União, sito ao SAS Quadra 1 Bloco "A", Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília-DF, foram registrados nesta Ata as quantidades e os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), resultantes do Pregão Eletrônico n.º 25/2010, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de cartuchos para aparelho de fac-símile modelo Jet-Lab, marca Olivetti e **suprimentos para impressora HP 5550 e para impressora Design Jet 800 (Plotter)**. As especificações técnicas constantes do Processo n.º 00190.016743/2010-91, assim como todas as obrigações e condições descritas no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar de _____.

Código SIASG:

Descrição do Material	Quantidade Estimada (Unid.)	Preço Unitário	Preço Total

Valor Unitário por extenso:

Valor Total por extenso:

Pela CGU-PR
Cláudio Torquato da Silva
Diretor de Gestão Interna

Pela empresa _____



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

ANEXO V DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2010

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM XX

Descrição do Material	Quantidade Estimada (Unidade)	Preço Unitário	Preço Total
Descrição do Item (Cartucho ou Suprimento) em conformidade com o Termo de Referência respectivo.			

Preço Unitário por extenso:

Preço Total por extenso:

Prazo de validade: (não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação);

Composição dos preços: Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)